

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdec@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 492/2018-PGJ, DE 1º.2.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar o Promotor de Justiça de Campo Grande Luciano Furtado Loubet e a Procuradora de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra para, sem prejuízo de suas funções, representarem o Ministério Público Estadual, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, no Conselho Estadual de Agrotóxicos (CEA), para o biênio 2017/2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 459/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 23ª Zona Eleitoral, no dia 2.2.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Substituto Paulo Henrique Mendonça de Freitas.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 461/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 32ª Zona Eleitoral, no dia 2.2.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça George Zarour Cezar; e tornar sem efeito a Portaria nº 392/2018-PGJ, de 29.1.2018, que indicou o Promotor de Justiça Substituto Paulo Henrique Mendonça de Freitas.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 473/2018-PGJ, DE 1º.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Conceder à Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 11 e 12.10; 1º e 2.11.2014, a serem usufruídos no período de 13 a 16.3.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 474/2018-PGJ, DE 1º.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4343/2017-PGJ, de 14.12.2017, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Suzi Lucia Silvestre da Cruz D'Angelo compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, de forma que, onde consta:

PROMOTORA DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Suzi Lucia Silvestre da Cruz D'Angelo	7 e 8.2, 21 e 22.3, e 1º.5.2015	5 a 9.2.2018

Passe a constar:

PROMOTORA DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Suzi Lucia Silvestre da Cruz D'Angelo	7 e 8.2.2015	8 e 9.2.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 484/2018-PGJ, DE 1º.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Mundo Novo, Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, nos dias 5 e 6.2.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Substituto Fabio Adalberto Cardoso de Moraes.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 489/2018-PGJ, DE 1º.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 27ª Zona Eleitoral, nos dias 15 e 16.2.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça *Daniel do Nascimento Britto*.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 490/2018-PGJ, DE 1º.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Substituto Fabio Adalberto Cardoso de Moraes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 33ª Zona Eleitoral, nos dias 15 e 16.2.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da titular, Promotora de Justiça *Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto*.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 491/2018-PGJ, DE 1º.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 38ª Zona Eleitoral, nos dias 15 e 16.2.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça *George Cassio Tiosso Abbud*.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 424/2018-PGJ, DE 30.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 120/PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Elisa Mari Kihara Zaha, Diretora da Secretaria de Finanças e Planejamento; 1.1) Suplente – Marco Aurelio de Sá Baptista, Chefe do Departamento de Contabilidade; 2) Fiscal – Márcia Côrrea Duarte Hoffmeister, Chefe do Departamento de Execução Financeira; 2.1) Suplente – Simeia Fernanda da Silva Taveira, Chefe do Departamento de Tomada de Contas (Processo PGJ/10/4214/2017).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 425/2018-PGJ, DE 30.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 30.1.2018, o servidor Phelipe Alves de Oliveira, Analista/Engenharia Civil, do Quadro do Ministério Público Estadual, como Fiscal Técnico do Contrato nº 41/PGJ/2017, e revogar, a partir da mesma data, a Portaria nº 1717/2017-PGJ, de 26.5.2017, que designou o servidor Carlos Cesar de Araujo Junior, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93 (Processo PGJ/10/3252/2016).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 464/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Yarima Alderete para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 465/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Renato Amaral Bonfim de Moura para exercer o cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, na função de Chefe do Núcleo de Rádio e TV, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 477/2018-PGJ, DE 1º.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Jorge Luiz Dias para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 483/2018-PGJ, DE 1º.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 04/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal – Caio Marques de Oliveira Robaldo, Assessor de Inteligência; 2.1) Suplente – Paulo Sergio Batista de Oliveira, Assistente Militar (Processo PGJ/10/4191/2017).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 426/2018-PGJ, DE 31.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido no artigo 3º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de junho de 2010,

R E S O L V E:

O valor diário do auxílio-transporte dos estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul fica estipulado em R\$ 7,40 (sete reais e quarenta centavos), conforme hipóteses e critérios de pagamento definidos na Resolução nº 015/2010-PGJ (Processo Administrativo nº 09.2018.00000112-5), a partir de fevereiro de 2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 386/2018-PGJ, DE 29.1.2018**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Renan Ricardo Furtado da Silva, referente ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídas no período de 8 a 27.1.2018, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 10 a 19.12.2017, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14, 15 e 17 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 406/2018-PGJ, DE 30.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que estabeleceu a escala anual de férias dos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fábio Maick da Silva	2014/2015	4 a 23.6.2018			24.6 a 3.7.2018

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fábio Maick da Silva	2014/2015	9 a 28.7.2018			29.7 a 7.8.2018

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 409/2018-PGJ, DE 30.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 31ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 24ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8 a 30.1.2018, em razão de licença para tratamento de saúde da servidora *Jéssica Caroline de Oliveira Almeida*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 410/2018-PGJ, DE 30.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Silmara Diniz Paulino da Rocha Fogaça, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 31.1 a 9.2.2018, em razão de férias do servidor *Leandro Lima dos Santos*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 411/2018-PGJ, DE 30.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Rafael Ademar Lemos de Moura, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 5.2.2018, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 412/2018-PGJ, DE 30.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Luciana Souza Zanardo, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que seriam usufruídas no período de 24.1 a 2.2.2018, a serem usufruídas no período de 11 a 20.4.2018, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 414/2018-PGJ, DE 30.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Beatriz Andrade de Azevedo, por meio da Portaria nº 3496/2017-PGJ, de 10.10.2017, que seriam usufruídas no período de 5 a 24.2.2018, a serem usufruídas no período de 16.7 a 4.8.2018, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 415/2018-PGJ, DE 30.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, no período de 22 a 24.1.2018, as férias da servidora Aline de Souza Finamor, concedidas por meio da Portaria nº 3019/2017-PGJ, de 11.9.2017, com a redação dada pela Portaria nº 4150/2017-PGJ, de 30.11.2017, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 2 a 4.5.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 416/2018-PGJ, DE 30.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Fabiana Lopes da Silva, por meio da Portaria nº 2233/2017-PGJ, de 7.7.2017, com a redação dada pela Portaria nº 4145/2017-PGJ, de 30.11.2017, que seriam usufruídas no período de 19 a 28.2.2018, a serem usufruídas no período de 4 a 13.6.2018, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 418/2018-PGJ, DE 30.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Cristiane Aparecida Cazeiro, por meio da Portaria nº 3496/2017-PGJ, de 10.10.2017, com a redação dada pela Portaria nº 4173/2017, de 1º.12.2017, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, de forma que:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cristiane Aparecida Cazeiro	2015/2016	8 a 27.1.2018	15 a 24.2.2018		

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cristiane Aparecida Cazeiro	2015/2016	2 a 11.7.2018	15 a 24.10.2018	5 a 14.11.2018	

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 419/2018-PGJ, DE 30.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3496/2017-PGJ, de 10.10.2017, na parte que concedeu férias remanescentes ao servidor Fábio Maick da Silva, de forma que:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Fábio Maick da Silva	2012/2013	9 a 28.7.2018

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Fábio Maick da Silva	2012/2013	4 a 13.6.2018
		17 a 20.9.2018

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 433/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que estabeleceu a escala anual de férias dos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rachel Barbosa Poltronieri Florence	2015/2016	1º a 30.9.2018			

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rachel Barbosa Poltronieri Florence	2015/2016	7 a 16.5.2018	24.9 a 3.10.2018		21 a 30.5.2018

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 434/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que estabeleceu a escala anual de férias dos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ana Gabriela Kiyomura Merlin	2017/2018	18 a 27.6.2018	19 a 28.11.2018		15 a 24.2.2018

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ana Gabriela Kiyomura Merlin	2017/2018	16 a 25.4.2018	19 a 28.11.2018		1º a 10.2.2018

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 435/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2233/2017-PGJ, de 7.7.2017, com a redação dada pela Portaria nº 3399/2017-PGJ, de 3.10.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Ana Gabriela Kiyomura Merlin, de forma que, onde consta: 2º Período – 29.1 a 7.2.2018, passe a constar: 2º Período – 21.2 a 2.3.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 436/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3496/2017-PGJ, de 10.10.2017, na parte que concedeu férias regulamentares ao servidor Lucas Pereira de Queiroz, de forma que, onde consta: 2º Período – 15 a 24.2.2018, passe a constar: 2º Período – 21 a 30.5.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 442/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3496/2017-PGJ, de 10.10.2017, na parte que concedeu férias regulamentares ao servidor Lincoln Ricardo Miglioli Bauermeister, de forma que, onde consta: 2º Período – 2 a 11.7.2018, passe a constar: 2º Período – 4 a 13.6.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 443/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder férias remanescentes ao servidor Brayam Gabrielli Arnulf, referente ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídas no período de 20.11 a 4.12.2017, nos termos dos artigos 1º, 4º e 17 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 444/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que estabeleceu a escala anual de férias dos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alexandre Ferreira da Costa	2016/2017	7 a 26.5.2018			27.4 a 6.5.2018

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alexandre Ferreira da Costa	2016/2017	23.7 a 1º.8.2018	5 a 14.11.2018		13 a 22.7.2018

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 445/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que estabeleceu a escala anual de férias dos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Kenia Braz Alcantara	2016/2017	14 a 23.5.2018	1º a 10.10.2018		24.5 a 2.6.2018

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Kenia Braz Alcantara	2016/2017	2 a 11.5.2018	1º a 10.10.2018		14 a 23.5.2018

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 446/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2528/2017-PGJ, de 2.8.2017, com a redação dada pela Portaria nº 3556/2017-PGJ, de 17.10.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Kenia Braz Alcantara, de forma que, onde consta: 2º Período – 2 a 11.5.2018, passe a constar: 2º Período – 15 a 24.2.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 447/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1550/2017-PGJ, de 11.5.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Rafaela Dutra Marques, de forma que, onde consta: 2º Período – 31.1 a 9.2.2018, passe a constar: 2º Período – 19 a 28.3.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 448/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1800/2017-PGJ, de 2.6.2017, com a redação dada pelas Portarias nº 3108/2017-PGJ, de 18.9.2017, e nº 074/2018-PGJ, de 10.1.2018, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Waleria Silva Leite, de forma que, onde consta: 2º Período – 2 a 11.7.2018, passe a constar: 2º Período – 15 a 24.2.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 449/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2528/2017-PGJ, de 2.8.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Vanusa Weber, de forma que, onde consta: 2º Período – 2 a 11.7.2018, passe a constar: 2º Período – 4 a 13.7.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 450/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2233/2017-PGJ, de 7.7.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Isabela Stefanos Pacheco, de forma que, onde consta: 2º Período – 19 a 28.3.2018, passe a constar: 2º Período – 2 a 11.5.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 451/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que estabeleceu a escala anual de férias dos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Daniel Rodrigues Duarte	2014/2015	2 a 21.7.2018			22.6 a 1º.7.2018

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Daniel Rodrigues Duarte	2014/2015	15 a 24.2.2018	2 a 11.11.2018		23.3 a 1º.4.2018

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 452/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2233/2017-PGJ, de 7.7.2017, na parte que concedeu férias regulamentares ao servidor Luiz Fernando Barros Mansano, de forma que, onde consta: 2º Período – 19 a 28.3.2018, passe a constar: 2º Período – 2 a 11.5.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 453/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2233/2017-PGJ, de 7.7.2017, e suas alterações, que concedeu férias aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que:

Onde consta:

NOME			PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
				1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carolyne Mendes	Silvestre	Oliveira	2015/2016	3 a 12.4.2018	19 a 28.6.2018		7 a 16.8.2017

Passe a constar:

NOME			PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
				1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carolyne Mendes	Silvestre	Oliveira	2015/2016	6 a 15.8.2018	19 a 28.11.2018		7 a 16.8.2017

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 454/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que estabeleceu a escala anual de férias dos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que:

Onde consta:

NOME			PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
				1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carolyne Mendes	Silvestre	Oliveira	2016/2017	23.1 a 1º.2.2018	6 a 15.11.2018		9 a 18.1.2018

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carolyne Silvestre Oliveira Mendes	2016/2017	6 a 15.11.2018	3 a 12.12.2018		9 a 18.1.2018

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 455/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2233/2017-PGJ, de 7.7.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Cristiane Souza Diniz, de forma que, onde consta: 2º Período – 19 a 28.2.2018, passe a constar: 2º Período – 14 a 23.6.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 456/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Alex Sander Silva Neves, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 dias de licença para tratamento de saúde, no período de 22 a 28.1.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 457/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Maria Caroline Lima Madureira, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 22 de janeiro de 2018, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º, todos da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012 (Processo PGJ/10/0303/2018).

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 468/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3019/2017-PGJ, de 11.9.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Denise Oliveira da Silveira Xavier, de forma que, onde consta: 2º Período – 19 a 28.3.2018, passe a constar: 2º Período – 18 a 27.6.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 469/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Fabiana Lopes da Silva, de forma que, onde consta: 1º Período – 20 a 29.3.2018, passe a constar: 1º Período – 19 a 28.3.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 470/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que estabeleceu a escala anual de férias dos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Caio Ferreira Campos	2017/2018	6 a 15.6.2018	4 a 13.7.2018		17 a 26.7.2018

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Caio Ferreira Campos	2017/2018	25.7 a 3.8.2018	12 a 21.9.2018		4 a 13.7.2018

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 471/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Acy Mary Corrêa Gregol Dib, de forma que, onde consta: 1º Período – 18.7 a 16.8.2018, passe a constar: 1º Período – 19.7 a 17.8.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 472/2018-PGJ, DE 31.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3019/2017-PGJ, de 11.9.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Kelly Cristina Mengual Vieira, de forma que, onde consta: 2º Período – 31.1 a 9.2.2018, passe a constar: 2º Período – 7 a 16.3.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 475/2018-PGJ, DE 1º.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ariele Aurora Almeida Moreira da Rosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Pagamento de Pessoal, no período de 31.1 a 2.2.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, *Lourdes Paim de Moraes*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 476/2018-PGJ, DE 1º.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Priscilla Nóbrega Coelho, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designada para prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 4ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos dias 31.1 a 9.2.2018, em razão de férias do servidor *Epsom Xavier Pereira*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 479/2018-PGJ, DE 1º.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Pablo Ferelli de Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, lotado nas Promotorias de Justiça de Camapuã, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 1º.2 a 2.3.2018, em razão de férias do servidor *Samuel Felipe de Azevedo Nass Flores*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 480/2018-PGJ, DE 1º.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Luciana Benito Crepaldi, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de sua irmã, a partir de 27.1.2018, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 482/2018-PGJ, DE 1º.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Lenice Mie Joboji, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 21ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 16ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 10 a 24.1.2018, em razão de licença para tratamento de saúde do servidor *Daniel Francisco Mercado Dantas*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL N. 0005/2018/32PJ/CGR

A 32.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, n.232, Itanhangá Park.

Inquérito Civil 06.2017.00000989-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Campo Grande

Assunto: Apurar as medidas empreendidas pelo Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Campo Grande no ano de 2017 no combate ao Aedes Aegypti.

Campo Grande, MS, 31 de janeiro de 2018.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI
Promotora de Justiça

EDITAL N. 0006/2018/32PJ/CGR

A 32.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, n.232, Itanhangá Park.

Inquérito Civil 06.2017.00001108-5

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Associação Beneficente de Campo Grande

ASSUNTO: Apurar insuficiência de profissionais médicos e enfermeiros na área vermelha do Pronto Socorro da Associação Beneficente de Campo Grande-MS.

Campo Grande, MS, 26 de janeiro de 2018.

EDUARDO FRANCO CÂNDIA
Promotor de Justiça em Substituição Legal

CORUMBÁ

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 018/2016

RECOMENDAÇÃO Nº 001/2018-5ªPJ

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Defesa do Patrimônio Público e Social, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, em razão da apuração levada a efeito no Inquérito Civil nº 018/2016, expede a seguinte RECOMENDAÇÃO ao Presidente da Câmara Municipal de Corumbá, Excelentíssimo Senhor Evander Jose Vendramini Duran:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 37, *caput*, estabelece os princípios da Administração Pública, e de obediência obrigatória, dentre os quais a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal ainda em seus artigos 37, inciso X, e 39 estabelece os critérios para a fixação das vantagens (vencimentos e subsídios) dos servidores públicos, dispondo expressamente que eles somente poderão ser fixados ou alterados por *lei específica*, observada a iniciativa privativa;

CONSIDERANDO que na apuração em curso constatou-se o pagamento de verba indenizatória consistente na conversão em pecúnia das férias não gozadas pelos servidores públicos da Câmara Municipal de Corumbá, correspondentes ao dobro do valor da remuneração (salário + gratificações ressalvado o vale-refeição) do servidor;

CONSIDERANDO que houve confirmação por meio do Ofício CMC/GP nº 1.938/2017 que o regime jurídico dos servidores do Legislativo Municipal é o regido pela Lei Complementar Municipal nº 042/2000 (Estatuto dos Servidores do Município de Corumbá);

CONSIDERANDO que o artigo 73 do Estatuto dos Servidores do Município de Corumbá dispõe expressamente que “*As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de necessidade do serviço, declarada em ato jurídico da autoridade máxima do Poder ou entidade, hipótese em que o restante do período interrompido será gozado de uma só vez.*”

CONSIDERANDO, portanto, que não há qualquer previsão em lei que autorize a conversão em pecúnia de férias não gozadas por necessidade de serviço, de modo que o artigo 73 do Estatuto dos Servidores é imperativo ao dispor que o período interrompido “será gozado de uma só vez”;

CONSIDERANDO que a administração pública, através da Autotutela, deve corrigir falhas ou vícios nos atos administrativos *sponte sua*, evitando a necessidade de posterior ajuizamento de ações perante o Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que a omissão do administrador público em adotar providências e corrigir as ilegalidades formalmente noticiadas pode constituir ato de improbidade administrativa que acarreta prejuízo ao erário nos termos do artigo 10, *caput*, e inciso IX, da Lei nº 8.429/1992, bem como atenta contra os princípios da administração pública, notadamente o da legalidade, nos termos do artigo 11, *caput*, do mesmo Diploma Legal;

CONSIDERANDO que o artigo 15 da Resolução n.º 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece que “o Ministério Público, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório, poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”;

RECOMENDA ao Presidente da Câmara Municipal de Corumbá que:

1º. Abstenha-se, doravante, de autorizar, determinar ou realizar o pagamento de verba indenizatória consistente na “conversão em pecúnia” das férias não gozadas pelos servidores públicos da Câmara Municipal de Corumbá, uma vez que não há previsão na Lei que autorize tal vantagem.

Concede-se o prazo de 10 (dez) dias para que sejam adotadas as providências cabíveis.

Desde já, com fundamento no artigo 129, VI, da Constituição Federal e artigo 26, I, b, da Lei Federal nº 8.625/92, requisita-se que no prazo concedido sejam informadas a esta Promotoria de Justiça as providências adotadas.

Adverte-se que, em caso de não cumprimento da Recomendação, poderão ser adotadas as medidas judiciais cabíveis para correção da irregularidade com a devida responsabilização do administrador.

Corumbá/MS, 31 de janeiro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE
Promotor de Justiça

DOURADOS

RECOMENDAÇÃO N. 0001/2018/16PJ/DOS

Inquérito Civil nº 06.2016.00000113-9
Requerente: Ministério Público Estadual
Requeridos: Município de Laguna Carapã

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu 16º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PJG de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Município, devem ser observados os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a licitação consiste no processo adotado pelos entes públicos para garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração que será julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos;

CONSIDERANDO que a não observância dos princípios elencados acima podem caracterizar-se como atos de improbidade administrativa, podendo o servidor responder civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições;

CONSIDERANDO que o art. 32, §5º, da Lei 8.66/93, dispõe que *"não se exigirá, para a habilitação de que trata este artigo, prévio recolhimento de taxas ou emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, quando solicitado, com os seus elementos constitutivos, limitados ao valor do custo efetivo de reprodução gráfica da documentação fornecida"*;

CONSIDERANDO que, a esse respeito já se manifestou o Tribunal de Contas do Tocantins, no julgamento do processo 0246/2012, do qual se extrai o seguinte excerto: *"a exigência contida no Código Tributário não deve contrariar a Lei nº 8.666/93, devendo o valor cobrado se limitar ao custo da reprodução gráfica da documentação fornecida"*;

CONSIDERANDO que o fornecimento de cópia em meio digital, *a priori*, não acarreta custos para a administração;

CONSIDERANDO que o Inquérito Civil n. 06.2016.00000113-9 foi instaurado objetivando apurar eventual violação ao princípio constitucional da publicidade, em tese, pelo Município de Laguna Carapã, em virtude da dificuldade encontrada no acesso ao Edital do Pregão Presencial n. 27/2015;

CONSIDERANDO que em manifestação sobre o conteúdo da denúncia, o Município de Laguna Carapã informou que não houve qualquer complicação ao acesso do referido edital e, além disso, informou que é cobrada uma taxa para a retirada do edital, com base no Decreto Municipal n. 058/2015;

CONSIDERANDO que o instrumento hábil à criação de tributos, nele incluídos as taxas, é a Lei Complementar, nos termos do que dispõe o art. 146, III, a, da Constituição Federal, não podendo o decreto substituir tal modalidade legislativa;

CONSIDERANDO a dificuldade no acesso à Lei Complementar 01/93 daquele Município, haja vista a ausência de disponibilização da legislação municipal junto à rede mundial de computadores;

CONSIDERANDO que tais fatores podem macular a lisura dos certames realizados pelo Município de Laguna Carapã-MS, mostrando-se necessária a adequação da conduta da administração municipal;

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de evitar a ocorrência de irregularidades de maior monta;

RESOLVE, em defesa do Patrimônio Público e Social e, em observância aos princípios que regem a administração pública, notadamente o princípio da publicidade, RECOMENDAR ao Prefeito Municipal de Laguna Carapã, Itamar Bilíbio, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, que:

a) Na realização de todo e qualquer procedimento licitatório atente-se aos postulados insculpidos no artigo 37, da Constituição Federal, notadamente o da publicidade, mormente a fim de garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, bem como o processamento e julgamento em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos (art. 3º, da Lei 8.666/93);

b) Se abstenha de cobrar qualquer taxa referente à retirada de editais em licitações, cuja instituição não esteja prevista em lei complementar e, existindo tal previsão, de exigir qualquer valor que exceda ao custo da reprodução gráfica da documentação fornecida;

c) No prazo de até 30 (trinta) dias, adote as medidas cabíveis visando disciplinar o fornecimento de cópias dos editais de licitação por meio eletrônico, a fim de possibilitar o acesso a um número maior de interessados, visando possibilitar a efetivação da ampla concorrência;

d) No prazo de até 30 (trinta) dias, promova a adequada disponibilização de toda a legislação municipal no sítio eletrônico do ente público, encaminhando a esta Promotoria de Justiça, em até 10 (dez) dias, cópia da Lei Complementar Municipal 01/93;

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Dourados, 30 de janeiro de 2018.

AMILCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça em substituição legal

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

RECOMENDAÇÃO N.º 001/2018/1ªPJAMB

REFERENTE AO INQUÉRITO CIVIL N.º 07/2016

O Ministério Público Estadual, por sua Promotora de Justiça que ao final subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129 da Constituição Federal, artigo 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 26, inciso IV, alínea “b” e artigo 28, ambos da Lei Complementar n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas preventivas pelas autoridades públicas ordenadora de despesas, tendentes a evitar a prática de ilícitos que causam prejuízos ao patrimônio público, enriquecimento ilícito e ofensa aos princípios da Administração Pública e, portanto, atos de improbidade administrativa, bem como delitos em detrimento ao erário;

CONSIDERANDO que a “*administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)*” (artigo 37, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o núcleo do princípio da eficiência é “*(...) a procura de produtividade e economicidade e, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional;*”¹

CONSIDERANDO que, segundo as lições de José dos Santos Carvalho Filho, o princípio da publicidade impõe a ampla divulgação dos atos da Administração aos administrados, propiciando a estes a possibilidade de controle da

1 FERNANDA MARINELA, Direito Administrativo, JusPodivm, 2005.

legitimidade da conduta dos agentes públicos e que, apenas com a transparência desta, podem os cidadãos aquilatar a legalidade ou não dos atos e o grau de eficiência de se revestem;²

CONSIDERANDO que, doutrinariamente, o motivo, como elemento do ato administrativo, pode ser definido como “pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo”³ e que “(...) a motivação é, em regra, necessária, seja para os atos vinculados, seja para os atos discricionários, pois constitui garantia de legalidade, que tanto diz respeito ao interessado como à própria Administração Pública; a motivação é que permite a verificação, a qualquer momento, da legalidade do ato, até mesmo pelos demais Poderes do Estado”⁴;

CONSIDERANDO que a Lei de Improbidade (Lei n.º 8.429/1992) expressa em seu artigo 11, que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, lealdade às instituições, e notadamente, praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

CONSIDERANDO que, durante as diligências realizadas no âmbito do Inquérito Civil n.º 07/2016, instaurado para apurar indícios de irregularidades referentes ao pagamento de diárias e outros auxílios financeiros a vereadores da Câmara Municipal de Amambai/MS, constatou-se algumas falhas com relação a diárias, verbas indenizatórias e previsão de pagamento por sessão extraordinária;

CONSIDERANDO que, para o devido atendimento do interesse público, eventuais diárias e verbas indenizatórias percebidas pelos Vereadores de Amambai sempre devem guardar estrita pertinência com as funções institucionais (legislativa, fiscalizadora, julgadora, administrativa, integrativa e de assessoramento⁵) legalmente previstas;

CONSIDERANDO o conceito de que diárias são “valores pagos ao servidor público ou agente político por dia de afastamento da sede do serviço, em caráter eventual e transitório, quando em atividade realizada no interesse ou em virtude do exercício de suas funções;”⁶

CONSIDERANDO que, com relação às diárias verificou-se a necessidade de medidas para melhor controle e transparência, porquanto a Lei Municipal n.º 2.085/2008 estabelece as normas para concessão de diárias a vereadores e servidores do Legislativo, exigindo requerimento prévio como regra para concessão da diária e elaboração de Relatório de Viagem após o retorno, contudo, não se exige dos edis a entrega de comprovantes acerca do motivo da viagem e efetivo deslocamento;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 2.223/2010 que regulamenta o repasse de verba indenizatória, dispondo que serão repassados aos Vereadores recursos financeiros objetivando indenizar-lhes as despesas de custeio realizadas em decorrência do exercício de suas atividades parlamentares não atendidas diretamente pela Câmara Municipal, indicando que a Mesa Diretora fixará em cada exercício o valor máximo do repasse mensal destinado ao ressarcimento das despesas tratadas na Lei, sendo o valor máximo da verba indenizatória atualmente fixado em R\$ 3.000,00 (três mil reais);

CONSIDERANDO que, não obstante à discussão acerca da inconstitucionalidade pautada na Ação Popular n.º 0800834-26.2015.8.12.0004, em trâmite nesta Comarca, apurou-se no âmbito do Inquérito Civil acima referido que a maioria dos pagamentos de verba indenizatória não vieram acompanhados da devida comprovação documental de que os gastos se deram no exercício da função pública ou em razão dela para o resguardo de interesses públicos;

CONSIDERANDO que a verba indenizatória não pode ser utilizada para o custeio de gastos despidos de interesse público, ou seja, não podem os Vereadores utilizarem desse recurso para o custeio de gastos particulares destinados ao trato de assuntos privados, sendo certo que a precariedade de documentação comprobatória vem à contramão da efetiva transparência na destinação dos recursos públicos e pode dar azo a possíveis irregularidades;

² JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO, Manual de Direito Administrativo, Atlas, 2016.

³ Maria Sylvia Zanella di Pietro, Direito Administrativo, Saraiva, 2016.

⁴ Idem.

⁵ Art. 2º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Amambai - A Câmara Municipal tem funções institucional legislativa, fiscalizadora, julgadora, administrativa, integrativa e de assessoramento, além de outras permitidas por lei, reguladas no presente Regimento Interno.

⁶ JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 6ª ed. rev. e atual. Belo Horizonte; Fórum, 2010, p. 927.

CONSIDERANDO que a apresentação de apenas notas fiscais e recibos comprobatórios de despesas em nome do Vereador para o recebimento de verba indenizatória não é suficiente para distinguir a natureza da despesa, posto que não traz elementos suficientes para comprovar que a despesa ocorreu em decorrência das atividades parlamentares ou em interesse particular;

CONSIDERANDO que a devida comprovação do gasto de dinheiro público está intimamente ligada à observância da transparência das informações, princípio básico da Administração Pública;

CONSIDERANDO que, em que pese não ter sido constatado pagamento aos Vereadores pelo comparecimento em sessão extraordinária, a Lei Municipal n.º 2.296/2012 possui previsão expressa de que o Vereador será remunerado pelo comparecimento a sessões extraordinárias, o que constitui prática expressamente vedada pela Constituição Federal⁷ e, portanto, deve ser extirpada do ordenamento jurídico municipal;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, *caput* e 129, inciso III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério público exercer a defesa dos direitos Assegurados nas Constituições Federal e Estadual podendo, no exercício de suas atribuições, emitir recomendações dirigidas aos órgãos e entidades públicas (artigo 27, Parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625/93);

CONSIDERANDO que a Recomendação “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”⁸, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais princípios que regem a boa Administração Pública;

RECOMENDAR, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes,

À CÂMARA MUNICIPAL DE AMAMBAI/MS, na pessoa do Presidente da Casa, Excelentíssimo Senhor Dilmar Bervian, que:

1. Para o devido controle e transparência quanto ao gasto de dinheiro público, com relação ao pagamento de diárias aos Vereadores:

1.1 – Considerando as disposições do artigo 2º, §§ 1º e 2º, da Lei Municipal n.º 2.085/2008, em se tratando de um único evento ensejador do afastamento do Vereador do Município, realize o pagamento de uma única diária, salvo se devidamente comprovada e justificada de forma expressa a necessidade de mais de um pernoite consoante a natureza, locais e horários do evento;

1.2 – Inclua no Relatório de Viagem campos para preenchimento obrigatório dos horários de saída e de chegada dos eventos ensejadores da diária;

1.3 – Exija que o Relatório de Viagem não seja preenchido com descrição genérica dos serviços executados⁹ e pessoas contatadas, devendo se observar a concretude na justificativa de deslocamento e vinculação com as atribuições

7 APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE – MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA – ART. 5º DA LEI MUNICIPAL N.º 2.262/08 – SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – PREVISÃO DE VERBA INDENIZATÓRIA PARA VEREADORES – INCONSTITUCIONALIDADE – AFRONTA AOS ARTS. 57, §7º, 39, §4º E 37, CAPUT, DA CF – OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E MORALIDADE – ARGUIÇÃO JULGADA PROCEDENTE – EFEITOS EX TUNC. Realizando o cotejamento entre a Lei Municipal n.º 2.262/2008 do Município de Brasilândia e o art. 37, §7º da CF, constata-se que esta prevê a possibilidade de sessão legislativa extraordinária, contudo veda o pagamento de parcela indenizatória em razão da convocação. Enquanto isso, a lei municipal impugnada prevê o pagamento por sessão extraordinária, limitando apenas seu valor. O Poder Legislativo também está jungido ao art. 37 da Constituição Federal, incluindo, aí, os princípios norteadores da Administração Pública, dentre os quais se encontram os princípios da legalidade e da moralidade, que foram diretamente afrontados pela norma municipal impugnada, tendo em vista confrontar norma constitucional para majorar indevidamente os valores percebidos pelos edis a título de remuneração. Arguição de inconstitucionalidade julgada procedente.” (TJMS - Arguição de Inconstitucionalidade - Nº 1601955-05.2014.8.12.0000 - Campo Grande. Rel. Exma. Sra. Desª. Tânia Garcia de Freitas Borges. Órgão Especial. julg. 16/12/2015).

8 ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVM, 2013, p. 49.

9 Exemplo de descrição genérica: “ida ao gabinete do deputado FULANO objetivando recursos para nosso município” ou “estive com o deputado FULANO tratando de assunto de interesse de Amambai”.

do cargo, abstendo-se do pagamento de diária para deslocamento que não guarda relação intrínseca com as funções de Vereador e cujos requerimentos ou relatórios de viagens sejam vagos e lacônicos, não permitindo a todos conhecer o interesse público subjacente à atividade parlamentar, e, conseqüentemente, a legalidade do ato;

1.4 – Exija, sob pena de não pagamento ou devolução do valor recebido a título de diária, a apresentação do devido comprovante de comparecimento ao evento ensejador da diária, que deverá permanecer juntado ao respectivo pedido e Relatório da Viagem.

2. Com relação à verba indenizatória estipulada pela Lei n.º 2.223/2010, para o devido controle e transparência do gasto de dinheiro público, somente realize o pagamento mediante a devida justificativa escrita, data da despesa e a comprovação documental suficiente de que a despesa foi efetuada em decorrência do exercício das atividades parlamentares, não bastando apenas a apresentação de meros recibos e notas fiscais comprobatórias de gastos em nome dos Vereadores;

2.1 – Cumpre exemplificar: como parte da comprovação documental a ser exigida nos casos de “remuneração de serviços pessoais” com estabelecimento de vínculo empregatício, é imprescindível a juntada de cópia da Carteira de Trabalho com o registro da pessoa contratada e informações quanto a data da contratação, carga horária e remuneração e/ou Contrato de Trabalho. Outro exemplo é a imprescindibilidade de se exigir, dentre os demais documentos pertinentes, nos casos de verba indenizatória por gastos em “combustível”, relatório escrito e assinado pelo Vereador beneficiário contendo a data do abastecimento, data da viagem, natureza e quantidade de combustível, número da placa, motorista e proprietário do veículo abastecido, bem como a quilometragem percorrida.

3. Adote as medidas administrativas pertinentes para exigir que a utilização das diárias e verbas indenizatórias pelos Vereadores guarde estrita conformidade com o princípio da eficiência, prevenindo e coibindo seu uso abusivo.

4. Providencie para que toda a documentação comprobatória e justificativas formais apresentadas pelos Vereadores seja juntada aos respectivos pedidos de diárias e verbas indenizatórias, para a devida apreciação do ordenador de despesa da Casa de Leis e posterior arquivamento, seja em forma física ou em arquivo digital.

5. Adote as providências necessárias, no prazo de 60 (sessenta dias), a contar do recebimento desta, para a revogação do artigo 7º da Lei Municipal n.º 2.296/2012, em que consta a previsão para pagamento na proporção de ¼ do subsídio mensal para comparecimento efetivo a sessões extraordinárias, dada a inconstitucionalidade latente do dispositivo, encaminhando a esta Promotoria de Justiça a devida documentação comprobatória do cumprimento deste item.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se a presente RECOMENDAÇÃO será acolhida ou não, sob pena de, não se adotando as providências, ser manejada a ação civil respectiva.

Ressalta-se que o acolhimento da presente recomendação implica necessariamente em anuência com o compromisso de que os Presidentes da Câmara Municipal de Amambai/MS, ao deixarem a Presidência da Casa, repassem a seus sucessores o conhecimento e necessidade de observância desta.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação, além da publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público:

- Ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, para ciência;
- Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Amambai/MS, para fins de conhecimento.

Por fim, e em atenção ao disposto no Parágrafo único do artigo 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ, determino à Câmara Municipal de Amambai/MS a divulgação adequada e imediata desta Recomendação no Diário Oficial do órgão.

Amambai/MS, 1º de fevereiro de 2018.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES
Promotora de Justiça

APARECIDA DO TABOADO

EDITAL Nº 001/1ºPJ/2018

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000237-9
Requerente: Ministério Público Estadual
Requerido: SIGILOSO
Assunto: SIGILOSO.

Aparecida do Taboado/MS, 29 de janeiro de 2018.

OSCAR DE ALMEIDA BESSA FILHO
Promotor de Justiça

BELA VISTA

EDITAL Nº 0012/2018/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro, Bela Vista/MS.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00000311-2

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Edgar Carneiro Pinheiro

Assunto: Acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n. 41/2016

Bela Vista, 31 de janeiro de 2018

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0013/2018/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro, Bela Vista/MS.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00000319-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A Apurar

Assunto: Acompanhar suposta situação de risco vivenciada pelo infante J.R. A.D.

Bela Vista, 31 de janeiro de 2018

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0014/2018/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro, Bela Vista/MS. Procedimento Administrativo n. 09.2018.00000312-3
Requerente: Ministério Público Estadual.
Requerido: Roberto Barbosa de Souza, Chácara Alvorada
Assunto: Acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n. 58/2014.

Bela Vista, 31 de janeiro de 2018

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**INQUÉRITO CIVIL 058/2014/PJBV**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Roberto Barbosa de Souza – Chácara Alvorada.

OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 058/2014, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista-MS, tendo por objeto apurar prática de desmate em desacordo com o diâmetro permitido por Lei em desfavor de Roberto Barbosa de Souza.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA. O COMPROMISSÁRIO senhor Roberto Barboza de Souza, empresário, já qualificado nos autos, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão da destruição de vegetação nativa consistente no corte de 24 (vinte e quatro) árvores nativas da espécie Guatambu, Angico Branco e Lixeira, sem licença ambiental para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: A título de indenização ambiental os compromissários aumentarão em 1% a área de reserva legal, com base na área total do imóvel, passando de 20% para 21% da área total do imóvel, para a compensação do dano. Esta complementação da Reserva Legal deverá ser feita juntamente do processo de regularização a ser apresentada ao IMASUL.

PARÁGRAFO ÚNICO: O COMPROMISSÁRIO deverá fazer constar na matrícula do imóvel que a área de reserva legal será no mínimo de 21 %, devendo apresentar a averbação da matrícula do imóvel no prazo de 90 dias a contar da assinatura deste termo de ajustamento de conduta.

Bela Vista-MS, 30 de janeiro de 2018.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**INQUÉRITO CIVIL 041/2016/PJBV**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: EDGAR CARNEIRO PINHEIRO – Fazenda Marca 5.**OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL**

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do **Inquérito Civil nº 041/2016**, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista-MS, tendo por objeto apurar danos ambientais ocorridos na "Fazenda Marca 5", decorrentes do corte de 12 árvores nativas sem a devida autorização legal ou dos órgãos ambientais.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA. O COMPROMISSÁRIO senhor EDGAR CARNEIRO PINHEIRO, empresário, já qualificado nos autos, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão da destruição de vegetação nativa, decorrente o corte de 12 (doze) árvores nativas das espécies coqueiro e louro preto localizadas fora da área de reserva legal de um local já convertido do solo, bem como fez uso de fogo em área agropastoril, não possuindo licença ambiental para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente, em decorrência da destruição de vegetação nativa, decorrente o corte de 12 (doze) árvores nativas das espécies coqueiro e louro preto localizadas fora da área de reserva legal de um local já convertido do solo, bem como fez uso de fogo em área agropastoril, não possuindo licença ambiental para tanto, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais) cujo pagamento se dará da seguinte forma: 1ª parcela no valor de R\$ 920,00 com vencimento para o dia 15 de fevereiro de 2018; 2ª parcela no valor de R\$ 920,00 com vencimento para o dia 15 de março de 2018; 3ª parcela no valor de R\$ 920,00 com vencimento para o dia 15 de abril de 2018; 4ª parcela no valor de R\$ 920,00 com vencimento para o dia 15 de maio de 2018; 5ª parcela no valor de R\$ 920,00 com vencimento para o dia 15 de junho de 2018;

PARÁGRAFO ÚNICO: o valor deverá ser pago e destinado a Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS, Fundo Municipal Ambiental, Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil, devendo ser aplicado e utilizado em atividades ambientais junto ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA. O COMPROMISSÁRIO se compromete, ainda, a apresentar a cópia do Cadastro Ambiental Rural (CAR) cadastrado junto ao órgão ambiental competente no prazo de 60 dias a contar da assinatura deste termo.

Bela Vista-MS, 30 de janeiro de 2018.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

BONITO

NÚMERO DO MP: 09.2017.00003650-0

RECOMENDAÇÃO 0002/2018/01PJ/BTO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pelo órgão de execução que esta subscreve, no exercício das atribuições previstas nos artigos 127, “caput” e 129, inciso II, ambos da Constituição Federal, bem como no artigo 27, da Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, “caput”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a recomendação “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública;

CONSIDERANDO a instauração no âmbito desta Promotoria de Justiça do Procedimento Administrativo 09.2017.00003650-0 para acompanhar a concorrência 052/2017-CLO/AGESUL que tem como objeto o recapeamento, ciclovias e iluminação da rodovia MS-178, Trecho Bonito – entre BR 267/MS, Subtrecho Bonito-Aeroporto de Bonito, no Município de Bonito, numa extensão de 14,160 km;

CONSIDERANDO que após análise dos documentos que foram juntados ao procedimento, notadamente o relatório do projeto executivo de engenharia para restauração da rodovia MS-178, com inclusão de ciclovias, notou-se a ausência de medidas efetivas para evitar colisões de veículos contra animais silvestres, abundantes na região;

CONSIDERANDO que atropelamentos com ou sem vítimas humanas no trecho que se pretende recapear e revitalizar são mais do que comuns, sendo não apenas de conhecimento notório da população local, mas fartamente documentado por *Eudes Márcio de Lima*, que trabalha com Ecoturismo em Bonito há 10 anos e já vem coletando há algum tempo acervo fotográfico de animais mortos por atropelamento;



CONSIDERANDO que consta inclusive do Youtube vídeos (um deles datado de 2012) comprovando que o problema dos atropelamentos dos animais no trecho objeto da licitação é antigo (https://www.youtube.com/watch?v=Di_O8O1moOs), (<https://www.youtube.com/watch?v=8c6i03tyZ1g>) e (<https://www.youtube.com/watch?v=1fOIRQ87tpw>);

CONSIDERANDO que a atual situação do asfalto no trecho é péssima e ainda assim o índice de atropelamento de animais é alto, pois apenas *Eudes Márcio* contabilizou 317 animais mortos apenas no ano de 2015;

CONSIDERANDO ser lógico, coerente e racional pensar que com a renovada pavimentação asfáltica decorrerá um aumento na velocidade dos veículos, o que é potencialmente ainda mais perigoso para a fauna local;

CONSIDERANDO que a única medida prevista no projeto acerca do problema é o cercamento (fls. 136 do relatório do projeto executivo): "*Serão implantadas cercas laterais em ambos os lados ao longo da rodovia, com a finalidade de preservar a faixa de domínio da mesma e restringir o acesso de animais para a pista. Para tanto foram projetadas cercas de arame liso com 04 (quatro) fios e mourões de madeira com seção circular.*"

CONSIDERANDO que essa única e isolada medida é insuficiente para a proteção adequada da fauna, não apenas porque se tratam de meros 04 fios de arame, mas também porque as propriedades da região, por serem rurais, já possuem cercamento desse tipo, inclusive muitas vezes com arame farpado e não mero arame liso, mas essa técnica vem se mostrando insuficiente para a proteção da vida selvagem;

CONSIDERANDO que sequer se pode afirmar ser correta a postura de tentar impedir a travessia de animais, pois certamente eles o fazem não para deleite, prazer ou aventura, mas necessidade e instinto de alimentação, proteção e obtenção de água;

CONSIDERANDO ainda que o programa de redução de atropelamento da fauna do próprio DNIT (http://infoambiente.stesa.com.br/ste448/biblioteca/files/pba_reducao_atropelamento_fauna.pdf), deixa bem claro que as cercas "*São instaladas com o objetivo de impedir o acesso de pessoas à área, proteger a mata ciliar e direcionar os animais para a passagem. Para a condução dos animais, a estrutura deverá ser implantada com a extensão de 20 m para cada lado, com as dimensões recomendadas de 2,0 m de altura acima da superfície e utilização de tela de alambrado de 2 (duas) polegadas.*", ou seja, no projeto executivo da obra em Bonito, há inadequação de finalidade e também de desenho, pois a cerca deve servir para direcionar os animais e não impedir a passagem, e o material a ser utilizado é tela de alambrado e não meros 04 fios de arame liso;



CONSIDERANDO que o artigo 225 da Constituição Federal estabelece que: "*Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade*"

RESOLVE, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), artigo 26, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), RECOMENDAR ao Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, bem como ao Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (AGESUL) que:

Promova a readequação do Projeto da obra de recapeamento, ciclovia e iluminação da rodovia MS-178, trecho: Bonito – Entre, subtrecho: Bonito – Aeroporto de Bonito no município de Bonito, processo 57/101.798/2017, concorrência 052/2017, a fim de fazer constar medidas efetivas para redução de atropelamento da fauna no local, tais como: passagens inferiores, passagens locadas em pontes ou galerias, passagens superiores, túneis, ecodutos, corredores ecológicos, redutores de velocidade, sinalização viária, cercas de direcionamento em tela de arme galvanizado entre outros.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação:

- A) Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, bem como o de Meio Ambiente;
B) Ao Núcleo do Patrimônio Público e Ambiental;
B) à imprensa do MPE/MS para publicação no DOMP;

Fixo o prazo de 10 dias úteis para resposta acerca do acatamento da presente recomendação requisitando, desde já, em caso positivo, que encaminhe documentos que demonstrem tal desiderato.

Oficie a ambos os destinatários, encaminhando-lhes cópia desta.

Bonito, 30 de janeiro de 2018

JOÃO MENEZHINI GIRELLI
Promotor de Justiça

CAARAPÓ

EDITAL 0001/2018/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000146-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Manoel Mateus Sandin.

Assunto: com o objetivo de regularizar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural denominada Fazenda São Francisco (numeração original do IC: 003/2017).

Caarapó-MS, 31 de janeiro de 2018.

ARTHUR DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL 0002/2018/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000139-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ari Molina Pizoli

Assunto: com o objetivo de regularizar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural denominada “Fazenda Estrela do Sul”, especialmente em relação à ausência do CAR-Cadastro Ambiental Rural (numeração original do IC: 006/2016).

Caarapó-MS, 31 de janeiro de 2018.

ARTHUR DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL 0003/2018/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000140-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Carlos Fernandes.

Assunto: com o objetivo de regularizar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural denominada Chácara Santa Luzia (numeração original do IC: 001/2017).

Caarapó-MS, 31 de janeiro de 2018.

ARTHUR DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL 0004/2018/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000141-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Silvia Garcia Nascimento.

Assunto: com o objetivo de regularizar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural denominada Fazenda Paraíso e Progresso (numeração original do IC: 002/2017).

Caarapó-MS, 31 de janeiro de 2018.

ARTHUR DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL 0005/2018/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000149-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Roberto Teixeira.

Assunto: com o objetivo de regularizar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural denominada Fazenda Santa Claudina II (numeração original do IC: 004/2017).

Caarapó-MS, 31 de janeiro de 2018.

ARTHUR DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL 0006/2018/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000150-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Josimar França da Silva.

Assunto: com o objetivo de regularizar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural denominada Fazenda Santa Onça (numeração original do IC: 005/2017).

Caarapó-MS, 31 de janeiro de 2018.

ARTHUR DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL 0007/2018/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000153-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Luiz Fragnam.

Assunto: com o objetivo de regularizar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural denominada Fazenda São Sebastião (numeração original do IC: 006/2017).

Caarapó-MS, 31 de janeiro de 2018.

ARTHUR DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL 0008/2018/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000169-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Empresa Sigma Energia S.A e IMASUL.

Assunto: com o objetivo de apurar eventuais falhas no EIA/RIMA da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Foz do Saijú a empresa Sigma Energia S.A., a fim de prevenir danos significativos no meio ambiente (numeração original do IC: 003/2014).

Caarapó-MS, 31 de janeiro de 2018.

ARTHUR DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

MUNDO NOVO

EDITAL N.º 0008/2018/01PJ/MUV

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n.º 06.2017.00001252-9 em Inquérito Civil Público n.º 06.2017.00001252-9, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Inquérito Civil Público N.º 06.2017.00001252-9

Requerente: Ministério Público Estadual de Mundo Novo-MS

Requerido: Everson Dias Camargo.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa cometido pelo professor Everson Dias Camargo na Escola Municipal José de Alencar, situada no Distrito de Jacareí, Município de Japorã.

Mundo Novo/MS, 31 de janeiro de 2018.

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS
Promotor de Justiça Substituto

PARANAÍBA

EDITAL N.º 007/2018

A Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos de Paranaíba/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, proveniente do Procedimento Preparatório n.º 06.2017.00001148-5, e que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica.

Inquérito Civil n.º 06.2017.00001148-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar a adequação da prestação de serviço público de saúde no âmbito do Município de Paranaíba.

Paranaíba, 31 de janeiro de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça

RIO BRILHANTE

EDITAL N. 014/2018

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Brilhante – MS, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n.º 06.2017.00001177-4 no Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser

integralmente acessado via internet, no seguinte endereço:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2017.00001177-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Donato Lopes da Silva, Márcio Belone e Aline Pires Domingues

Assunto: apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública consistente na dispensa ilegal de licitação para aquisição de medicamentos com, possível, simulação de emergência para justificar formalização tardia de contrato.

Rio Brillhante – MS, 31 de janeiro de 2017.

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI

Promotora de Justiça

SÃO GABRIEL DO OESTE

EDITAL Nº 001/2018/1.ªPJSGO

A 1.ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n. 06.2018.00000147-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, 1745, Centro, em São Gabriel do Oeste/MS.

Procedimento Preparatório n. 06.2018.00000147-0

Requerente: Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos da Saúde e Saneamento de São Gabriel do Oeste/MS

Requerido: A Apurar

Assunto: Análise e providências acerca de denúncia de irregularidade envolvendo o pagamento de adicional de insalubridade aos servidores do Município de São Gabriel do Oeste.

São Gabriel do Oeste/MS, 29 de janeiro de 2018.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ÁGUA CLARA

EDITAL N. 0004/2018/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, nº 200, bairro Jardim Primavera, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001096-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em procedimentos licitatórios envolvendo a empresa C.W. Queiroz – ME.

Água Clara/MS, 31 de janeiro de 2018.

PAULO HENRIQUE MENDONCA DE FREITAS

Promotor de Justiça Substituto

DOIS IRMÃOS DO BURITI

EDITAL 0015/2018/PJ/DIB

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS, torna pública a instauração, do Inquérito Civil nº 06.2018.00000017-0, que se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763. Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00000017-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: João Alberto Batista

Assunto: regularização ambiental do imóvel objeto da ficha 0176.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 31 de janeiro de 2018

ANTHONY ÁLISSON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça substituto

EDITAL 0016/2018/PJ/DIB

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS, torna pública a instauração, do Inquérito Civil nº 06.2018.00000018-1, que se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763. Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00000018-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antonio Fernando Scudler

Assunto: regularização ambiental do imóvel objeto da ficha 0174 SOS Rios.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 31 de janeiro de 2018

ANTHONY ÁLISSON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça substituto